



CONVERGÊNCIA AMPLA DE SALVAÇÃO DE ANGOLA-COLIGAÇÃO ELEITORAL

CASA-CE

GRUPO PARLAMENTAR

**DECLARAÇÃO POLÍTICA EM SEDE DA APROVAÇÃO DA CONTA GERAL DO
ESTADO**

(Luanda, 20 de Junho de 2019)

- Sua Excelência Senhora Presidente da Assembleia Nacional, em Exercício
- Ilustres Senhoras e Senhores Deputados
- Excelentíssimo senhores representantes do Titular do Poder Executivo
- Distintos convidados, minhas senhoras e meus senhores.

Permitam-me começar a minha primeira alocução na qualidade de Presidente do Grupo Parlamentar da CASA-CE, expressando as calorosas saudações e alta consideração à Sua Excelência, Presidente da Assembleia Nacional, aos distintos Membros da Mesa, aos dignos representantes do Povo angolano e aos Auxiliares do Titulares do Poder Executivo. Porquanto;

Termina hoje o ciclo formal do O.G.E de 2017 com a apreciação e votação do Respetivo Relatório e contas aqui trazida aos dignos

mandatários do povo angolano a quem devemos todo respeito e consideração.

Nessa conformidade, o mecanismo da discussão e aprovação da Conta Geral do Estado é um insubstituível instrumento de controlo político, pelo qual, esta magna Assembleia afere e assegura ao povo angolano a regularidade e a conformidade da gestão financeira do Estado, pelo Executivo.

O Grupo Parlamentar da CASA-CE, aquando da apreciação do Relatório e conta em causa, deparou-se com várias incongruências e zonas não claras no que tange a aplicabilidade dos recursos às despesas orçamentadas. Isto deve-se a denegação do exercício do poder fiscalizador constitucionalmente conferido à Assembleia Nacional. A Falta de fiscalização cria ambiente poluído da liberdade absoluta do Executivo dispor-se ao desrespeito as regras e princípios básicos que se impõe á boa governação, a transparência, a disciplina orçamental e a boa gestão da coisa pública.

A título de exemplo: ocorreu no passado dia 29 de Maio do ano corrente, quando o Grupo Parlamentar CASA-CE foi impedido de visitar as obras intermináveis do novo aeroporto internacional, que envolveu avultadas somas de dinheiros do Estado, iniciadas em 2007, prevista a sua conclusão para 2016, prorrogado para maio de 2019 e até hoje nas calendas gregas.

Muda-se a política e mudam-se as políticas.

É nesta opacidade, por falta de transparência na gestão do erário público; é na não permissão de fiscalização efectiva aos deputados à Assembleia Nacional, que resultam os grandes males perturbadores da paz social, a corrupção em grande escala, tráfico de influência, compadrismo, surgimento de associações criminosas

de colarinho branco, branqueamento e vasão de capitais para paraísos fiscais. Este comportamento enquadra-se no tipo de crime de lesa pátria e com consequências incomensuráveis, nomeadamente a:

- Indigência que assola gravemente os angolanos com maior enfoque as populações dos Gambos, Curoca e Virei;
- Falta de serviços básicos de saúde pública;
- Falta de centros de saúde e de hospitais ao nível da demanda;
- Falta de assistência médica e medicamentosa (enfermeiro, médicos, técnicos etc.);
- Elevado índice de mortalidade, morrem bebés à nascença, morrem mães em serviço de partos, morrem angolanos por falta de medicamentos; e abre-se mais cemitérios.
- Escassez de Escolas, universidades e institutos públicos a nível nacional e com isto, a inversão do sistema de ensino sendo o privado a regra e o público a excepção.

A juventude, que hoje é muito badalada, está a deriva, em salva-se quem poder desemprego e sub emprego em alta escal em fim, uma juventude maioritariamente com a esperança moribunda, por um lado, e por outro, a abundância capeada pela alegada acumulação primitiva de capital limitada para benefícios próprios, direto e indireto, criando assim uma espécie de oligarquia financeira à moda angolana.

É lídimo que a Conta Geral do Estado detalhe e justifique com responsabilidade sob pena de responsabilização política civil, disciplinar e criminal dos seus autores pela inobservância da disciplina jurídica quanto a execução do O.G.E.

É dever da Procuradoria-Geral da República, tomar nota dos desvios de fundos reportados no Relatório do Tribunal de Contas

sobre a CGE de 2017, investigue e responsabilize os seus autores sem excepção.

O Grupo Parlamentar da CASA-CE aproveita a ocasião para manifestar, neste Plenário, a sua profunda preocupação da degradação das condições de vida dos angolanos e que não vislumbra num futuro próximo à alteração deste quadro calamitoso resultante da corrupção e da falta de transparência na gestão do erário público.

Muito obrigado, pela atenção dispensada!

